

Sartori diz hoje se ponto será abonado

Cpers condiciona a recuperação das aulas à medida

AMILTON BELMONTE

Porto Alegre - A ameaça de corte no ponto dos mais de 18 mil professores que participaram da recente greve do funcionalismo estadual terá decisão conhecida nesta terça-feira, pelo Palácio Piratini. Ontem, o secretário estadual da Educação, Vieira da Cunha, e a direção do Cpers-Sindicato estiveram reunidos. No encontro, de pouco mais de uma hora, na sede da secretaria, os professores condicionaram a recuperação das aulas e o cumprimento dos 200 dias letivos ao abono das faltas. “Repassaremos orientação a cada escola que apresente o calendário de recuperação nos próximos dias, mas não pode haver o corte no ponto”, frisou a presidente do Cpers, Helenir Aguiar Schürer, ao pontuar que milhares de professores receberam o contracheque com os descontos e que se o Estado mantiver o cort, um mandado judicial contra o governo será impetrado.

O secretário, que pela manhã esteve reunido por mais de três horas com o governador José Ivo Sartori para tratar da questão, lembrou que o magistério sempre reiterou durante a greve que recuperaria os dias letivos. “E aí se criam as condições para esse pagamento”, observou Vieira da Cunha, que na tarde de ontem, após a agenda com o magistério, levou o saldo do encontro ao governador.



REUNIÃO: Vieira com Helenir e direção do Cpers durante a agenda

SECRETÁRIO LEGITIMADO

Por meio do microblog Twitter, mas ainda pela manhã, Sartori comentou. “Quanto aos dias de greve, o secretário de Educação está legitimado para negociar com o Cpers. Nossa principal motivação é garantir o direito das famílias e dos alunos a terem integralmente recuperadas suas aulas”, escreveu.

Salários de setembro serão pagos amanhã

O Estado paga nesta quarta o salário integral de setembro das 348 mil matrículas do funcionalismo público. O valor atinge R\$ 950 milhões e só está sendo quitado, justifica o Executivo, em função dos R\$ 1 bilhão extras que entraram nos cofres, fruto da aprovação na última semana da ampliação da margem de saque dos depósitos judiciais, de 85% para 95%. Ontem, por sua conta no Twitter, o governador comentou o pagamento. “Sei que é uma obrigação do Estado, mas a situação de emergência financeira gerou o parcelamento dos últimos meses. Pagar em dia, em setembro, só foi possível graças a uma série de me-

didadas que o governo vem tomando desde o começo”, escreveu.

Se paga os servidores, o governo pode pedalar outra conta mensal sagrada e que também vence nesta quarta, a da dívida com a União, de R\$ 265 milhões. A decisão é hoje. Para honrar o compromisso, espera pela entrada de receitas do ICMS da indústria (R\$ 250 milhões), mas que deverá vir com R\$ 37 milhões a menos que o esperado, outros R\$ 250 milhões da segunda etapa do ICMS dos combustíveis e energia e mais R\$ 40 milhões referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e das exportações da Lei Kandir.

CRONOGRAMA

Até o final da semana o governo apresenta, em coletiva de imprensa, o plano de voo financeiro até o final do ano. O indicativo é de amostragem das medidas que o Palácio Piratini pretende colocar em prática para administrar receitas e despesas em itens como salário do funcionalismo e dívidas com União, hospitais e fornecedores.

Folha suplementar

Pelos dados da Secretaria da Fazenda (Sefaz), um total de 25.515 registros de falta foi contabilizado pelas diferentes secretarias do Estado durante o período da greve do funcionalismo, somando dias de agosto e setembro. Desses, 18.148 mil são de professores e o restante de servidores de áreas como a saúde, cultura, meio ambiente e administração. Contudo, liminar do Sindicato dos Técnicos Científicos do Estado (Sintergs), obtida junto ao Judiciário quando do início da paralisação, impede o corte do ponto. De acordo com a Sefaz, a rodagem de uma folha suplementar, que permitiria o pagamento do restante dos salários dos professores, pode ser feita em até 48 horas. Em recente decisão, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa ao magistério paulista em queda de braço similar.

Alteração nas RPVs vai a voto na Assembleia

Porto Alegre - A Assembleia Legislativa deve votar nesta terça-feira outro projeto polêmico do governo José Ivo Sartori. O PL 336/15, que altera o teto de desembolso das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), documentos que determinam a Fazenda pública o pagamento em favor de terceiros. A proposta reduz dos atuais 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) para sete (R\$ 5,5 mil) o limite para esses compromissos. Além da penúria do caixa, a justificativa do Estado são os R\$ 900 milhões a serem pagos somente neste ano em RPVs, ultrapassan-

do os 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL) e percentual legalmente definido como referência. A estimativa tem como base o volume diário de seqüestros judiciais envolvendo as requisições, que tem prazo de até 60 dias para quitação após expedida a ordem de pagamento. Se aprovado, o cálculo é que o Estado deixaria de pagar entre R\$ 200 e R\$ 250 milhões, valor que entraria então para o bolo dos precatórios, que somam hoje impressionantes R\$ 9 bilhões e levam o Rio Grande do Sul ao quarto lugar no País nesse tipo de dívida.

INCONSTITUCIONAL

A proposta é rechaçada pelo funcionalismo público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS). “É um ataque a todo cidadão que tem valores a receber do Estado, um calote principalmente aos idosos que estão na fila de espera”, diz a presidente do Cpers-Sindicato, Helenir Aguiar Schürer. Já a OAB-RS considera a proposta inconstitucional, por ferir lei federal. Desde 2011, move Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal

Federal (STF), em função do governo Tarso Genro também ter tentado reduzir o desembolso. “Esperamos bom senso dos deputados e a retirada total da matéria, que desrespeita o cidadão do Rio Grande e é ilegal”, frisa o presidente da entidade, Marcelo Bertoluci. Ressalta que o projeto também vai contra recente decisão do Supremo. “Que colocou como meta aos Estados, até 2020, o zeramento do estoque de dívidas com precatórios e RPVs”, frisa.

Receita Estadual retoma blitz do IPVA

Equipes da Receita Estadual estarão nas ruas de Porto Alegre e em mais 13 cidades do interior do Estado hoje com o objetivo de reduzir os índices de inadimplência do IPVA 2015. De uma frota superior a 3,8 milhões que é tributada, um total de 441.430 veículos seguem transitan-

do com o imposto atrasado. Além da Capital, as blitzes desta terça-feira serão realizadas nas cidades de Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Pardo, Cruz Alta, Santa Maria, Xangri-lá, Uruguaiana, Bagé, Santana do Livramento e Erechim.

Movimento Viva São Leopoldo

Implementado pelos Rotary Clubs de SL a partir de 2005

Grupo Temático Ambiente

O GT Ambiente do MVSL divulga palestra de iniciativa da Associação dos Amigos do Jardim Botânico de São Leopoldo (Parque Imperatriz Leopoldina).

Palestra: “A água nos dias de hoje” com Engº Arnaldo da Costa Dutra

Data: 7 de outubro de 2015

Local: Câmara Municipal de São Leopoldo

Horário: 19:30 horas

Realização:

Telefone de contato
CDL: Jacinta 3037-5433

Conhecimento e formação para a Vida.

-PROJETOS COM AÇÕES DIÁRIAS VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO DE VALORES

-TREINAMENTOS ESPORTIVOS E OFICINAS DE TEATRO SEM CUSTO ADICIONAL

EDUCAÇÃO INFANTIL:	ENSINO FUNDAMENTAL:	ENSINO MÉDIO:	CURSOS TÉCNICOS:
Para crianças a partir de 3 anos de idade Projeto Inglês Todos os Dias inserido na carga horária regular.	1º ao 5º Ano Projeto Inglês Todos os Dias inserido na carga hor. regular. 6º ao 9º Ano Curso de inglês inserido na carga horária regular.	Simulados preparatórios para vestibulares e ENEM. Feira de iniciação científica conveniada a feiras internacionais.	- Informática - Administração - Logística

Acesso fácil e rápido pela Av. Unisinos
Av. Getúlio Vargas, 4388, São João Batista | São Leopoldo
Fone: 3037.8200 | www.concordia-saoleo.com.br

COLÉGIO LITERÁRIO CONCORDIA
São Leopoldo
Educação para a Vida